



Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS 6ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2026

Processo Administrativo nº 017/2026

CONTRATANTE UASG nº 927258

OBJETO

Aquisição de microcomputadores tipo desktop, notebooks, tablets e webcam para modernização da infraestrutura computacional do CRESS 6ª Região.

Data da Sessão Pública:

Dia 02.06.2026 às 10hs (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

MENOR PREÇO POR ITEM

Modo de disputa:

ABERTO E FECHADO

Preferência ME / EPP / Equiparada:

NÃO. Ampla Concorrência.

Sede

(31) 3527-7676 | cress@cress-mg.org.br
R. Guajajaras, 410, 11º andar, Centro.
Belo Horizonte-MG | CEP 30180-912

Seccional Juiz de Fora

(32) 3217-9186 | seccionaljuizdefora@cress-mg.org.br
R. Halfeld, 651, 10º andar, sala 1001, Centro.
Juiz de Fora-MG | CEP 36010-002

Seccional Montes Claros

(38) 3221-9358 | seccionalmontesclaros@cress-mg.org.br
Av. Coronel Prates, 376, sala 301, Centro.
Montes Claros-MG | CEP 39400-104

Seccional Uberlândia

(34) 3236-3024 | seccionaluberlandia@cress-mg.org.br
Av. Afonso Pena, 547, sala 101, Centro. Uberlândia-MG
CEP 38400-128

SUMÁRIO

1. DO OBJETO:	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	9
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:	12
8. DOS RECURSOS:	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:	20
11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:	20
12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:	20
13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:	21
14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:	21
15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL:	22
16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:	22
17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:	22
18. DO PAGAMENTO:	22
19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:	22
 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	 24
ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO Nº CRESS-MG//6ªR//2025	40
ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	48

**CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS 6ª REGIÃO****PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2026****Processo Administrativo nº 017/2026****NÃO Diferenciada / Ampla Concorrência****CONTRATANTE UASG nº 927258**

Torna-se público que o **Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região – CRESS/MG**, sediado na **Rua Guajajaras, 410 - 11º andar –Centro- Belo Horizonte/MG**, por meio da **Srª Tatiane Mara Seabra, PREGOEIRA DO CRESS-MG**, nomeada pela **Portaria nº CRESS 028/2026, de 27 de Fevereiro de 2026**, realizará licitação, na **modalidade PREGÃO**, na **forma ELETRÔNICA**, sob a forma de execução indireta, nos termos da **Lei nº 14.133**, de 1º de abril de 2021, do **Decreto nº 11.462/23**, de 31 de março de 2023, Instruções Normativas, demais legislações aplicáveis e demais condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO:

1.1. Aquisição de microcomputadores tipo desktop, notebooks, tablets e webcam para modernização da infraestrutura computacional do Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região - CRESS-MG.

1.2. Com base no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação-(PDTIC), disponível no Portal da Transparência do CRESS/MG, link <https://cress-mg.implanta.net.br/portaltransparencia/#publico/Listas?id=de358e17-ad28-4937-821a-4f61bda0470d>.

1.3. A licitação será **POR ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.5. A presente licitação será realizada sob a modalidade de **AMPLA CONCORRÊNCIA** para todos os lotes, não havendo a aplicação de itens exclusivos ou de cota reservada para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

1.6. O afastamento do tratamento diferenciado ampara-se na exceção prevista no art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste pregão os interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no **Portal Comprasnet no site www.comprasnet.gov.br**.

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do licitante cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido **tratamento favorecido** para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no **artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021**, para o agricultor



familiar, o produtor rural pessoa física e para o micro empreendedor individual - MEI, nos limites previstos da **Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.**

2.7. Será concedido tratamento favorecido para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de **mais de 5% (cinco por cento) do capital** com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.5. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.8. Pessoa física ou jurídica que, **nos 05 (cinco) anos anteriores** à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição; (**Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário**);

2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público da contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, **conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021**;

2.8.11. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.9. O impedimento de que trata o **item 2.8.5** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 2.8.3 e 2.8.4** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos **itens 2.8.3 e 2.8.4** não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. A vedação de que trata o **item 2.8.10** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



2.14. Nos termos do **art. 5º do Decreto nº 9.507/18**, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

2.15. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (**Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813/13, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203/10, de 04 de junho de 2010**).

2.16. É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses **serviços exigirem a segregação de funções**, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização, assegurando a possibilidades de participação de todos licitantes em ambos os itens e seguindo-se a ordem de adjudicação entre eles (ou lotes/grupos) indicada no subitem seguinte.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço, conforme o critério de julgamento adotado neste edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No **cadastramento da proposta inicial**, o licitante declarará, assinalando “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as **condições contidas no edital e seus anexos**, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Que **não emprega menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º, XXXIII, da Constituição**;

3.3.3. Que **não possui** empregados **executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos **incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal**;

3.3.4. Que cumpre as exigências de **reserva de cargos** prevista em lei para **pessoa com deficiência** ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às **regras de acessibilidade** previstas na legislação, conforme disposto no **art. 93 da Lei nº 8.213/91, de 24 de julho de 1991**;

3.4. O licitante **organizado em cooperativa** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021**;

3.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício

3.6. O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte** ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus **arts. 42 a 49**, observado o disposto nos **§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021**;

3.6.1. Que **cumpre os requisitos para a habilitação** definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.6.2. Que **inexistem fatos impeditivos** para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.6.3. Que a **proposta** foi elaborada de forma **independente**.



3.7. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às **sanções previstas** em lei e neste edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema,

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá **caráter sigiloso** para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.16. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação **que constem do SICAF**, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

3.17. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do **art. 43, § 1º da LC nº 123/06, de 2006**.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total global por item/lote;

4.1.2. marca / fabricante;

4.1.3. quantidades;

4.1.4. descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do termo de referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

4.2.1. O licitante **NÃO poderá** oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte **poderão** se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.9. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do **art. 71, inciso IX, da Constituição**; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

4.11. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

4.12. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

4.13. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido unilateralmente da planilha, e haverá glosa quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

4.14. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.



- 5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de 100,00 (cem reais).
- 5.9.** O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto e fechado**.
- 5.10.1.** No modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.10.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.10.3.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.4.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.10.5.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.14.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.15.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.16.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.17.** Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:
- 5.17.1.** Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:
- 5.17.1.1.** bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
- 5.17.1.2.** bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e
- 5.17.1.3.** bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.
- 5.17.2.** Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item **5.17.1.1**, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.
- 5.17.3.** Caso a preferência não seja exercida na forma do item **5.17.1.1**, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item **5.17.1.2**, na ordem de



classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item **5.17.1.3** caso esse direito não seja exercido.

5.17.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;

5.19. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de grupo ou qualquer outro motivo.

5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20.7. Conforme Acórdão 1211 do Plenário do Tribunal de Contas da União, a vedação à inclusão de novo documento prevista no art. 64 da lei 14.133/2021 não alcança documento ausente, comprobatório



de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação ou proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no **art. 14 da Lei nº 14.133/2021**, legislação correlata e no **item 2.8 do edital**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa do **CNJ**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – **TCU** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

6.1.6. Para consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do **TCU** (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu **sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o **art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992**.

6.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas. (**IN nº 3/2018, art. 29, caput**).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (**IN nº 3/2018, art. 29, §1º**).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (**IN nº 3/2018, art. 29, §2º**).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento **favorecido às ME/EPPs**, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado o disposto no **art. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022**.

6.6. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste edital.

6.7. A **inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente** para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;



- 6.8.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.8.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.8.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.9.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas **valores inferiores a 50%** (cinquenta por cento) **do valor orçado** pela Administração.
- 6.10.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada **após diligência do pregoeiro**, que comprove:
- 6.10.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.10.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.11.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.12.** Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 6.12.1.** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.12.2.** apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 6.13.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.13.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.13.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.14.** Quando o licitante apresentar preço **final inferior a 30% (trinta por cento)** da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 6.15.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 6.16.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.
- 6.17.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no **prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.18.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.19.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.



- 6.20.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 6.21.** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na planilha de custos e formação de preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos envolvidos na contratação.
- 6.22.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 6.23.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.24.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.25.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 6.26.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos **arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006**, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 6.27.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

- 7.1.** Os documentos previstos no termo de referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos **arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**.
- 7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.
- 7.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no país, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos do disposto no **Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016**, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.4.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um **acréscimo de 10% para o consórcio** em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por validação eletrônica.
- 7.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na **Lei nº 14.133/2021**.
- 7.7.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (**art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021**).



7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A **habilitação** será verificada por meio do **Sicaf**, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (**IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º**).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **Sicaf** e mantê-los **atualizados** junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (**IN nº 3/2018, art. 7º, caput**).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (**IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único**).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **Sicaf** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 02 (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo** em sede de diligência, **para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º)**:

7.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.14.2. **Atualização de documentos** cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.14.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 7.12.1**.



7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (**art. 4º do Decreto nº 8.538/2015**).

7.19. Habilitação jurídica:

7.19.1. No caso de **empresário individual**, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.19.2. Em se tratando de **Microempreendedor Individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.19.3. No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.19.4. Inscrição no Registro Público de **Empresas Mercantis** onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.19.5. No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.19.6. Decreto de autorização, em se tratando de **sociedade empresária estrangeira** em funcionamento no País;

7.19.7. No caso de **sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o **art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971**;

7.19.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da **consolidação** respectiva.

7.20. Regularidade fiscal e trabalhista:

7.20.1. prova de inscrição no **Cadastro** Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.20.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de **certidão** expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da **Portaria Conjunta nº 1.751/14, de 02/10/2014**, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.20.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

7.20.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do **Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho**, aprovada pelo **Decreto-Lei nº 5.452/43, de 1º de maio de 1943**;

7.20.5. prova de inscrição no **cadastro de contribuintes municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.20.6. prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.20.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.20.8. Quando se tratar da subcontratação prevista no **art. 48, II, da Lei Complementar n. 123/06, de 2006**, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no

decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no **art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538/15**.

7.21. Qualificação Econômico-Financeira:

7.21.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

7.21.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.21.3. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.21.4. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

7.21.5. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o **artigo 112 da Lei nº 5.764/71, de 1971**, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

7.21.6. comprovação da **boa situação financeira** da empresa mediante obtenção de índices de **Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

7.21.7. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 01(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar **patrimônio líquido até 5% do total estimado** da contratação ou do item pertinente.

7.22. Qualificação Técnica:

7.22.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.22.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados.

7.22.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.22.1.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.22.1.4. atestado de capacidade técnica, emitido por órgão da administração pública ou por empresa privada, para os quais a proponente tenha prestado ou esteja prestando serviços correlatos aos do objeto desta licitação, mediante contrato, devendo estar expressos nos atestados o nome e o cargo da pessoa signatária; o atestado, contendo a identificação do signatário, deve ser apresentado em



papel timbrado da pessoa jurídica e deve indicar as características e prazos das atividades executadas ou em execução pela licitante;

7.22.1.5. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

7.22.2. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar conforme **item 10.5 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 005/2017**:

7.22.2.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos **arts. 4º inciso XI, 21, inciso I e 42, §2º a 6º da Lei nº. 5.764/71**;

7.22.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – **DRSCI**, para cada um dos cooperados indicados;

7.22.2.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.22.2.4. O registro previsto na **Lei nº. 5.764/71, art. 107**;

7.22.2.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

7.22.2.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: **a)** ata de fundação; **b)** estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou; **c)** regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia; **d)** editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias; **e)** três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e **f)** ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.22.2.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o **art. 112 da Lei nº. 5.764/71** ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.22.3. O licitante enquadrado como **micro empreendedor individual** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar nº. 123/06** estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.22.4. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

7.22.5. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

7.22.6. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

7.22.7. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7.22.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

7.22.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.



7.22.10. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos **artigos 44 e 45 da LC nº 123/06**, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.22.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8. DOS RECURSOS:

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no **art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021**.

8.2. O prazo recursal é **de 03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no **§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021**, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

8.6. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

8.7. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

8.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual **poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, **encaminhar recurso para a autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.9. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.10. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.12. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.13. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico portal transparência do CRESS-MG.

8.14. A sessão pública poderá ser reaberta:

8.14.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

8.14.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos **do art. 43, §1º da LC nº 123/2006**, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



8.14.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

8.14.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

8.14.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. **deixar de entregar a documentação** exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, **não manter a proposta** em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

ou

9.1.2.9. fraudar a licitação;

9.1.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.2.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.2.12. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.2.13. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.2.14. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.2.15. praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013**.

9.2. Com fulcro na **Lei nº 14.133, de 2021**, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, **aplicar aos licitantes** e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e,

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das **sanções** serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A **multa** será recolhida em percentual de **1% um por cento) a 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado**, recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos **itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.2.6**, a multa será de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado**.

9.4.2. Para as infrações previstas nos **itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.2.9, 9.1.2 e 9.1.2.6**, a multa será de **6% (seis por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado**.

9.4.3. Para as infrações previstas nos **itens 9.1.2.8, 9.1.2.9, 9.1.2.10, 9.1.2.13, 9.1.2.14 e 9.1.2.14**, a multa será de **11% (onze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado**.

9.5. As sanções de **advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à **penalidade de multa**.

9.6. Na aplicação da sanção de **multa** será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas **nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.2.6**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo **prazo máximo de 03 (três) anos**.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas **nos itens 9.1.2.8, 9.1.2.9, 9.1.2.10, 9.1.2.13 e 9.1.2.14**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.2.6** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o **prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021**.

9.9. A **recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato** ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita **no item 9.1.2.6**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos **do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022**.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por **comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis**, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no **prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15. A infração administrativa tipificada pela **Lei nº 12.846/13, de 1º de agosto de 2013**, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à



apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou **Processo Administrativo de Responsabilização – PAR**.

9.16. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da **Lei nº 12.846/13, de 1º de agosto de 2013**, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.17. O **processamento do PAR** não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.18. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme **art. 419 do Código Civil**.

9.19. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na **Lei nº 14.133/21**, e **subsidiariamente na Lei nº 9.784/99**.

9.20. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.21. As penalidades serão obrigatoriamente **registradas no SICAF**.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da **Lei nº 14.133, de 2021**, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: compras2@cress-mg.org.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

11.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no **prazo de 02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

12.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este edital;

12.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.

12.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.



12.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (**art.12, inciso II, da Lei nº 14.133/21**).

12.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado termo de contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2. O adjudicatário terá o **prazo de 48 (quarenta e oito) horas**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (nota de empenho/carta contrato/autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

14.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do termo de contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no **prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

14.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5. O Aceite da nota de empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.5.1. a referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da **Lei nº 14.133/21**;

14.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos.

14.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no termo de referência.

14.7. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao **SICAF** para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da **Instrução Normativa nº 003/2018**, de 26 de abril de 2018, e nos termos do **art. 6º, III, da Lei nº 10.522/02**, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.8. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no **SICAF**, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.



14.9. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no **prazo de até 05 (cinco) dias** úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexo.

14.10. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

14.11. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL:

As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no termo de referência, anexo a este edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no termo de referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

As obrigações da contratante e da contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO:

As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este edital.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o **horário de Brasília - DF**.

19.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.10. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

19.11. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico portal transparência do CRESS-MG.

19.12. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO III - Planilha de Custos e Formação de Preços.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2026.

Alexandre Henrique Pereira Perdigão

Coord. Administrativo CRESS-MG

CPF 040.205.866-67



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
CONTRATAÇÃO para Aquisição de Equipamentos de Informática
EM ATENDIMENTO AO CRESS 6ª REGIÃO

1. OBJETO.

Aquisição de microcomputadores tipo desktop, tablets, notebooks e webcam para modernização da infraestrutura computacional do Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região - CRESS-MG, Sede e Seccionais.

2. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO.

2.1. O CRESS-MG tem por missão o registro, a fiscalização e orientação, a disciplina e defesa do exercício profissional do assistente social no estado Minas Gerais, visando à qualidade da formação e da prestação dos serviços profissionais, preservando os direitos da população atendida e as prerrogativas da profissão. Para realização de suas ações obtêm recursos financeiros por meio da cobrança de taxas e emolumentos pelo registro no Conselho.

2.2. A aquisição tem caráter urgente para garantir a continuidade e a eficiência das atividades essenciais do Conselho, como fiscalização, registro, atendimento e funcionamento dos sistemas internos e externos. A obsolescência do parque computacional atual impacta negativamente no desempenho dos servidores e na prestação de serviços à categoria profissional.

2.3. Com base no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação-(PDTIC), Anexo-I, aprovado pelo Conselho Pleno, em seu item 6, está previsto o aprimoramento da infraestrutura tecnológica como ação estratégica de curto prazo. A proposta visa renovar a capacidade computacional por meio da aquisição de microcomputadores HP, tablets, notebooks e webcam's, proporcionando melhor ergonomia, resolução e produtividade para as servidoras e servidores.

2.4. Dessa forma, a contratação proposta atende aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, representando uma solução racional, vantajosa e tecnicamente adequada para o atendimento das necessidades institucionais do órgão.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVAS.**3.1. Descrição Aproximada:**

Tipo de Equipamento	Qty	Descrição
Adquirir Desktops – Sede e Seccionais	39	*Conforme Item 6.3 do PDTIC HP Pro SFF 280 G9 ou versão atualizada Processador(mínimo): Intel® Core™ i7 de 13ª geração, 30 MB de cache L3, 16 núcleos, 24 threads Sistema Operacional: Windows 11 Pro Memória RAM(mínimo): 16 GB DDR4 Armazenamento(mínimo): SSD de 512 GB Placa de vídeo: Intel® UHD 770 Placa de áudio: Codec Realtek ALC3867, conector de áudio universal com suporte para fones de ouvido CTIA, portas traseiras de saída de linha de áudio (3,5 mm), capacidade para multi-streaming - 1 combo de fone de ouvido/microfone frontal Fator de forma: Small Form Factor (SFF) Conectividade (mínimo) : 4 USB-A, 1 HDMI, 1 RJ45, DisplayPort, Ethernet Gigabit 10/100/1000, Placa sem fio Realtek Wi-Fi 6 RTL8852BE (2x2) e Bluetooth® 5.3 Teclado: Tipo membrana em português do Brasil padrão ABNT 2, conexão USB, com ou sem fio Mouse: Possui uma roda de rolagem, Com sensor óptico, Resolução de 1600dp, conexão USB, com ou sem fio Eficiência energética: Certificação EPEAT® Silver e ENERGY STAR®



Câmera Webcam – Sede e Seccionais	19	<p>HP/Acer/Samsung *Conforme Itens 1.6.5 a 1.6.10 do anexo 5 do ETP (Estudo Técnico Preliminar)</p> <p>Resolução/FPS: mínima 1080 Full HD 30fps</p> <p>Sensor de imagem: Sensor CMOS de 1/4" (polegada), 5 megapixels Tipo de lente: Plástico ou vidro Campo de visão diagonal (dFOV): mínimo 66 graus</p> <p>Correção de luz automática: Sim Correção de imagem: Sim Microfone: Sim</p> <p>Aprimoramento de privacidade: Tampa da lente de privacidade</p> <p>Conectividade: USB-A Opções de montagem: Clipe de montagem universal para montar a câmera onde ela funcionar melhor, incluindo tela LCD, notebook, tablet e tripé, sem ferramenta</p> <p>Software e Suporte: Plug & Play Certificação: Funciona com certificação Chromebook</p> <p>Porta USB-A disponível Compatibilidade: Windows 10, Windows 11, maços, Chrome OS, aplicativos UC compatíveis: Zoom, Microsoft Teams, Google Meet, XSplit, OBS, YouTube</p>
Adquirir Notebooks Sede e Seccionais	6	<p>Acer/Samsung *Conforme Itens 1.6.5 a 1.6.10 do anexo 5 do ETP (Estudo Técnico Preliminar)</p> <p>Sistema Operacional: Windows 11 Professional 64-bits</p> <p>CPU e Chipset (mínimo): Intel® Core™ i7 – 1355U de 13ª geração 10 Núcleos (2 Performace-cores 8 Efficient-cores) 12 Threads Frequência: até 5.00 GHz 12 MB Intel® Smart Cache Memória RAM (mínimo): 16 GB RAM DDR4 de até 3200 MHz Tela (mínimo): 15" painel de LED IPS (In-Plane-Switching) Resolução: WUXGA (Wide Ultra Extended Graphics Array) 1920 x 1200 Proporção 16:10 Taxa de atualização: 60 Hz Brilho: 250 nits Tempo de resposta: 30 ms Contraste: 1000:1 Espaço de cor (color gamut): NTSC 45% Tecnologia Antirreflexo Placa de Vídeo: Intel® UHD</p> <p>Áudio: 2x Alto-falantes estéreo de 2 Watts cada Tecnologia DTS Áudio previne o áudio distorcido. Microfones Tecnologia com redução de ruído de fundo feito por inteligência artificial Capacidade (mínimo): 512 GB SSD NVMe PCIe 4.0 x4 M.2 2280 Webcam(mínimo): Com bloqueio privativo, resolução HD de 1280 x 720 gravação de áudio e vídeo em 720p a 30 FPS com recurso (redução de ruído temporário) e com ajustes de vídeo realizado por inteligência artificial Wireless (mínimo): Wi-Fi rede sem cabo: Wi-Fi 6E 802.11 a/b/g/n/ac + ax wireless Três bandas com frequências de: 2.4 GHz, 5 GHz e 6 GHz. Com tecnologia MU-MIMO 2x2. Suporte ao Bluetooth® 5.1 ou superior</p> <p>Rede (mínimo): LAN rede com cabo RJ-45. Controlador Intel® Ethernet Connection I219-LM Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps. Suporte ao modo hibernação Suporte ao Wake On Lan Suporte ao IPv4 (32 Bits) e IPv6 (128 Bits) Controles de Privacidade:Senha para BIOS e HD Peso (máximo): 1.8 kg Bateria e Alimentação: Fonte de alimentação: Externa de 65 Watts bivolt 100 a 240 Volts com cabo Tipo-C para conectar ao notebook e certificação do INMETRO Bateria: De até 5407 mAh com 3 células íon de lítio de 50 Watts / hora *Autonomia da bateria de até 12 horas Teclado: Tipo membrana em português do brasil padrão ABNT 2 Retroiluminado na cor branca Resistência contra até 30 ml de água com drenos na base inferior para escoamento Controlador Touchpad: Multi gestual com dois botões suportando rolagem com dois dedos, gestos para abrir Cortana, Action Center, multitarefa e comandos de aplicativos Resistente a umidade Sem zona morta Certificado de Homologação da ANATEL</p>



Adquirir Tablets - Agentes Fiscais	8	HP/Acer/Samsung *Conforme Itens 1.6.5 a 1.6.10 do anexo 5 do ETP (Estudo Técnico Preliminar) Tela mínima: 12.4" AMOLED 2X, 120Hz, HDR10+ Resolução mínima: 2560 x 1600 Processador mínimo: Qualcomm Snapdragon 8 Gen 2 for Memória mínima: 8GB Armazenamento mínimo: 128 GB Câmera traseira/frontal: 13 MP + 8 MP Audio mínimo: 4 alto-falantes AKG + Dolby Atmos Conectividade: Wi-Fi 6E, Bluetooth 5.3, USB-C 3.2 Gen 1, 5G Sistema: Android 13 ou superior Caneta: incluída Resistência: IP68 (água e poeira) – inclusive na caneta Bateria e Alimentação mínimo: 8.400 mAh (45W carregamento rápido)
------------------------------------	---	--

4. ENQUADRAMENTO LEGAL:

4.1. Aplicam-se à presente contratação os ditames contidos na **Lei nº 14.133/2021**, especialmente no **Art. 28, inciso "I", e suas regulamentações**:

4.2. Trata-se de aquisição remunerada de bens comuns de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para fornecimento de uma só vez, cujo critério de julgamento será o de menor preço por item, processado por meio de Pregão, na forma Eletrônica, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73/2022 e da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

4.3. Trata-se de contratação em que se faz necessário o cadastramento dos licitantes no SICAF, conforme Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018, bem como a integração e utilização dos módulos do sistema Compras.gov.br e ampla publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.4. Trata-se de **fornecimento de itens comuns** em que **se faz necessário a atuação do Pregoeiro e da equipe de apoio**, pois será contratado por **Pregão**, bem como **se faz necessária a atuação dos gestores e fiscais de contratos**, no âmbito da Administração Pública federal autárquica, nos termos do **Decreto nº 11.246/2022**, que regulamenta o disposto no **§ 3º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021**, adequado às nossas possibilidades concretas.

4.5. A presente contratação será realizada sob a modalidade de **Ampla Concorrência** para todos os itens, afastando-se a exclusividade e a cota reservada previstas na Lei Complementar nº 123/2006, com fulcro em seu art. 49, inciso II, conforme justificativa técnica constante nos autos. Fica assegurado, contudo, o direito de preferência (empate ficto) às MEs/EPPs e cooperativas participantes, nos termos da legislação.

4.6. A instrução processual cumpre os ritos das Instruções Normativas vigentes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI): IN SEGES/ME nº 65/2021 (Pesquisa de preços), IN SEGES/ME nº 58/2022 (Estudo Técnico Preliminar), IN SEGES/ME nº 81/2022 (Termo de Referência) e a Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023 (Modelo de Contratação de Estações de Trabalho).

4.7. Aplicam-se ao objeto, no que couber, as diretrizes de segurança do Decreto nº 9.637/2018 (Política Nacional de Segurança da Informação) e o direito de preferência para bens de informática e automação previstos no Decreto nº 11.890/2024.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser observadas as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que couber.

5.1.1. Não foram identificados impactos ambientais significativos nesta contratação que necessitem de ações mitigadoras adicionais além daquelas já exigidas pelas normas de eficiência energética e certificações dos equipamentos.

5.2. Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica: O prazo de garantia técnica contratual dos bens, complementar à garantia legal, observará os limites mínimos da Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023 para as estações de trabalho, sendo fixado em no mínimo 60 (sessenta) meses para desktops e 48 (quarenta e oito) meses para notebooks. Para os tablets e webcams, a garantia mínima será de 12(doze) meses. Prevalecerá, em qualquer dos casos, o prazo fornecido pelo fabricante, se este for superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do



objeto.

5.3. Indicação Restritiva de Marcas: Na presente contratação, amparada pelo regular processo de padronização, será exigida a indicação exclusiva das marcas HP (para desktops) e HP, Acer ou Samsung (para notebooks e tablets), não sendo admitidas marcas similares ou equivalentes para estes itens padronizados

5.3.1. Para as webcams, não há restrição de marca, sendo admitidas marcas de amplo mercado corporativo com suporte técnico nacional, desde que atendam integralmente às especificações técnicas e de qualidade exigidas no Termo de Referência.

5.3.2. A exigência restritiva para os computadores e tablets decorre de decisão formal de padronização e da necessidade de manter a compatibilidade técnica, logística e de suporte com o parque computacional já adotado pela Administração, conforme justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, no PDTIC e no Documento de Formalização de Demanda, com amparo legal no art. 41, inciso I, alíneas "a" e "b", combinado com o art. 43 da Lei nº 14.133/2021, e em estrita observância às diretrizes e atas da Comissão de Padronização instituída pela Portaria CRESS/MG nº 54/2025.

5.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia (vistoria) do local para fornecimento dos itens.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidores designados, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246/2022.

6.6.1. Caberá ao Fiscal Técnico do contrato, em especial:

- a) Acompanhar a execução para que sejam cumpridas todas as especificações de hardware e prazos de garantia estabelecidos neste Termo de Referência;
- b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências, defeitos ocultos ou atrasos observados na entrega dos bens;
- c) Identificada qualquer inexistência ou irregularidade nos equipamentos, emitir notificações para a devida substituição ou correção, determinando prazo para cumprimento;
- d) Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, as situações que demandarem decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência.

6.6.2. Caberá ao Fiscal Administrativo do contrato, em especial:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada para fins de empenho e pagamento;
- b) Acompanhar o fluxo de liquidação da despesa, conferência de notas fiscais, faturamento e aplicação de eventuais glosas;



c) Atuar tempestivamente no reporte de descumprimentos contratuais ao gestor do contrato para aplicação de penalidades, quando couber

6.6.3. Caberá ao Gestor do Contrato, em especial:

- a) Coordenar as atividades da equipe de fiscalização, garantindo o registro de todas as ocorrências no histórico de gerenciamento;
- b) Acompanhar os prazos de vigência da garantia técnica dos equipamentos fornecidos;
- c) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao estrito cumprimento das obrigações e desempenho da contratada;
- d) Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quando reportado pela fiscalização.

6.7. O gestor do contrato enviará a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado e atestado pela fiscalização.

6.8. A contratada deverá indicar formalmente um preposto e canais de contato oficiais (telefone e e-mail) para interlocução direta com a Administração, apto a responder pelas demandas logísticas e de acionamento de suporte/garantia técnica.

6.9. A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a entrega dos bens e a prestação dos serviços de garantia técnica.

6.10. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, conforme disposto nos artigos 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

6.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade civil e técnica da Contratada por qualquer irregularidade, imperfeição técnica, vício redibitório ou emprego de material inadequado nos equipamentos fornecidos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto poderá utilizar-se de instrumento de pesquisa interna junto aos usuários do serviço para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 7.2.1.** não produziu os resultados acordados;
- 7.2.2.** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou
- 7.2.3.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização ou não da pesquisa indicada não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento Provisório

7.4. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, no **prazo de 05 (cinco) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. **(Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).**

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. **(Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).**

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. **(Art.**



23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. **(Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).**

7.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Do recebimento Definitivo

7.14. O objeto do contrato será recebido definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento **(art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);**

7.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.14.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.14.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Da Liquidação**

7.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de 10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do **art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022**.

7.16.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o **inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021**.

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: **a)** o prazo de validade; **b)** a data da emissão; **c)** os dados do contrato e do órgão contratante; **d)** o período respectivo de execução do contrato; **e)** o valor a pagar; e **f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **art. 68 da Lei nº 14.133/2021**.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.25. Na ocorrência de subcontratação, a(s) empresa(s) subcontratada(s) também deverá(ão) apresentar, concomitante à Nota Fiscal/Fatura, a documentação prevista nos parágrafos acima.

Prazo de pagamento

7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.28. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31. O contratado regularmente Optante pelo Simples Nacional, nos termos da **Lei Complementar nº 123, de 2006**, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.32. Não será admitida a **cessão fiduciária** de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020**, considerando inviabilidade técnica pelo não uso das ferramentas do Governo Federal para tal fim pelo órgão licitante.

Reajuste

7.33. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da **data da assinatura do contrato**.

7.34. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, **do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI**, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.35. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.36. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.37. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.38. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.39. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.40. O reajuste será realizado por **apostilamento**.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços deste instrumento, nas datas reservadas pela CONTRATANTE, obedecendo todas as cláusulas e condições pactuadas.

8.2. A CONTRATADA, será responsável por todo e qualquer dano e/ou prejuízo que, eventualmente, venha a sofrer a CONTRATANTE ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços prestados.

8.3. Permitirá que a CONTRATANTE, sempre que convier, fiscalize a execução dos serviços.

8.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões em **até 25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme estabelece o **art. 125, da Lei nº 14.113/21** e alterações.

8.5. Emitir Nota Fiscal para fins de pagamento pela CONTRATANTE, efetivando destaque das **RETENÇÕES LEGAIS**, conforme normativas federais, estaduais ou municipais em vigor.

8.6. Comunicar verbalmente, de imediato, e confirmar por escrito à CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer impeditivo à execução dos serviços.

8.7. Serão de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias à prestação dos serviços deste contrato, inclusive as obrigações decorrentes das leis trabalhistas, previdenciárias,



tributárias ou quaisquer outras por mais especiais que sejam com relação aos seus empregados e sócios.

8.8. A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a relação contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, sob pena de aplicação de penalidades do **art. 156, da Lei nº 14.113/21**, bem como rescisão contratual.

8.9. É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, da prestação dos serviços contratados, sem expressa autorização da Contratante.

8.10. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços.

8.11. Substituir, às suas expensas, **em 48 horas**, o serviço rejeitado por desconformidade com o previsto no edital e sua proposta final, sem prejuízos aos serviços contratados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1. A contratante acompanhará toda execução para o cumprimento das especificações técnicas contratadas, assim como a qualidade do mesmo por meio de prepostos designados.

9.2. A Contratante prestará a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, esclarecimento de dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos neste Termo de Referência.

9.3. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados, mediante a apresentação das Notas Fiscais, devidamente atestadas, depois de constatado o devido cumprimento das obrigações da contratada no prazo de **até 10 (dez) dias** de seu recebimento no órgão.

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por um representante designado pela autoridade competente, por meio de sua Coordenação Administrativa, nos termos **do art. 117 da Lei 14.133/21**.

9.5. Notificar, por escrito, à Contratada, ocorrências de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

9.6. Responsabilizar-se pela solicitação, em tempo hábil, dos serviços a serem executados.

9.7. Fornecer à empresa contratada todas as informações relacionadas com o objeto deste Termo de Referência e contrato, visando obter os melhores resultados na prestação dos serviços.

9.8. Repassar todos os procedimentos administrativos a serem adotados pelas unidades do Contratado para a execução dos serviços pela Contratada.

9.9. Observar para que, durante a vigência do contrato sejam mantidas pela Contratada todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem com a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.11. Aplicar penalidades à Contratada, nos termos da lei, quando ocorrer atraso na prestação dos serviços ou descumprimento de alguma das condições estabelecidas, da seguinte forma: advertência, multa, suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

10. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD LEI Nº 13.709/18:

10.1. É vedada à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10.2. A CONTRATADA se compromete a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na **Lei nº 13.709/2018**, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas, órgãos, entidades ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou manifestamente previstas neste instrumento contratual.

10.3. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente por inobservância à **LGPD** no caso de causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos aos titulares de dados pessoais repassados



em decorrência da execução contratual.

10.4. Em atendimento ao disposto na **Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação.

10.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** e se compromete a adequar todos os seus procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados.

10.6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao Conselho, **em até 24 (vinte e quatro) horas**, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais sob seu controle, bem como situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, devendo adotar as providências dispostas no **art. 48 da LGPD**.

12 SUBCONTRATAÇÃO E A LEI COMPLEMENTAR 123/2006 - MEI, ME, EPP:

12.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, **até o limite de 50%** (cinquenta por cento) do valor total do contrato, sendo VEDADA a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

12.2 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

12.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.4 A contratada PODERÁ subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do **art. 7º do Decreto nº 8.538/2015**, no percentual máximo de **até 50% (cinquenta por cento)**, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

12.4.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

12.4.2 No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no **§ 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538/2015**;

12.4.3 A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

12.5 A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

12.5.1 Microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.5.2 Consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte;

12.5.3 Consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

12.6 Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

12.7 Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas PODERÃO SER destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratada.

13 VALOR:

13.1 As empresas deverão apresentar Cotação com **valor individual por Item**, elaborando-a conforme modelo de especificações deste Termo. Deverá estar incluso no serviço a carga tributária incidente, encargos sociais e quaisquer outros encargos, que correrão à conta do licitante.



14 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1 A despesa decorrente desta contratação correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:
6.2.2.1.1.02.02.002 – Maquinas e Equipamentos suprida com recursos próprios desta autarquia.

15 GESTOR E FISCAL DO CONTRATO:

15.1 Competirá ao(s) servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE acompanhar a gestão e fiscalização da execução do contrato, conforme **inciso III, do art. 104 da Lei Nº 14.133/2021**.

15.2 A **gestão, fiscalização e atesto da execução da contratação** será exercida pela **área de Informática** do CRESS-MG, que fará a supervisão, cabendo à Coordenação Administrativa a liquidação em documentos e manutenção das condições de habilitação.

15.3 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que será exercido por um ou mais representantes da Contratante.

15.4 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

15.5 A Contratada deverá indicar preposto aceito pela administração, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário.

15.6 A fiscalização do contrato deverá, ainda, verificar se os preços ofertados estão compatíveis com os preços de mercado, para constatação da vantajosidade para a administração.

15.7 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no **anexo VIII da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017**, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.8 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

16 VIGÊNCIA, DURAÇÃO E VALIDADE DO CONTRATO:

16.1 Os bens objeto deste Contrato deverão ser integralmente entregues nos prazos discriminados em dias corridos, contados da data de recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, com a execução total estimada em até 03 (três) meses, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 Por se tratar de contratação que prevê a conclusão de escopo predefinido (fornecimento de bens), o prazo de vigência contratual será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

16.3 Quando a não conclusão no prazo estipulado decorrer de culpa da Contratada: a) A Contratada será constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas pelo atraso injustificado; b) A prorrogação automática da vigência não exime a Contratada das penalidades contratuais; c) A Administração poderá optar pela extinção do contrato caso o atraso comprometa o interesse público, adotando as medidas admitidas em lei para a continuidade da contratação.

16.4 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por ordem escrita da Administração, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, com fulcro no art. 115, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

16.5 Independentemente do prazo de duração, caso a entrega ultrapasse o interregno de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, devido a suspensões ou atrasos não imputáveis à Contratada, será admitido o reajustamento em sentido estrito para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, utilizando-se o índice INPC (ou outro índice oficial correlato), nos termos do art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

17 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

17.1 Constitui motivo para a extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, o



descumprimento por parte da Contratada das hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções legais e contratuais cabíveis.

17.2 As penalidades estabelecidas em Lei não excluem qualquer outra prevista, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em consequência do inadimplemento das condições estabelecidas.

17.3 O contrato poderá ser extinto, por ato unilateral e escrito da administração, conforme **art. 138 da Lei nº 14.133/21**.

17.4 Ocorrerá ainda, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência da Administração.

17.5 Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**, não cabendo indenização a qualquer das partes, resguardado o interesse público.

18 SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS A CONTRATADA:

18.1 Comete infração administrativa termos do **art. 155, 156** e seguintes **Lei Nº 14.133/21**, a Contratada que:

- I. não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- II. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III. fraudar na execução do contrato;
- IV. comportar-se de modo inidôneo;
- V. cometer fraude fiscal;
- VI. não manter a proposta.

18.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante:

- I. multa de **até 10%** (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, por inexecução total ou parcial do objeto do contrato, ou inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, ressalvado o direito à cobrança de perdas e danos;
- II. multa moratória diária, correspondente a **0,2%** (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até atingir o limite de 6% (seis por cento), quando a CONTRATANTE considerará como inexecução parcial ou total da obrigação;
- III. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante pelo prazo de até dois anos;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

18.3 Também fica sujeita às penalidades da **Lei Nº 14.133/2021**, a Contratada que:

18.4 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.6 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na **Lei nº 14.133/21**, e subsidiariamente a **Lei nº 9.784/99**.

18.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.9 As multas previstas poderão ser cumuladas com as outras penalidades previstas.

18.10 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.



18.11 A multa, que será aplicada após regular procedimento administrativo, será descontada do pagamento devido pela Administração ou, na impossibilidade desta hipótese, deverá o valor correspondente ser recolhido pela CONTRATADA, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação. Inviáveis essas ocorrências, o valor da multa será inscrito na Dívida Ativa e cobrados judicialmente conforme a legislação específica.

19 PUBLICAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - LAI - LEI Nº12.527/2011:

A Contratante providenciará a publicação do contrato, por extrato, no Diário Oficial da União e no Portal Nacional de Licitações e Contratos no prazo previsto no **art. 94 da Lei nº 14.133/2021** e no sítio **Portal de Transparência do Conselho**.

20 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E CASOS OMISSOS:

20.1 Eventuais alterações contratuais qualitativas ou quantitativas reger-se-ão estritamente pela disciplina dos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, formalizadas mediante termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

20.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124, a Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada qualquer alteração que transfigure o objeto da contratação (art. 126).

20.2 Os casos omissos ou as dúvidas suscitadas na execução deste Contrato serão decididos pela Contratante, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas de direito público aplicáveis.

20.3 Subsidiariamente, para a resolução de casos omissos, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito Administrativo e as disposições de direito privado contidas na Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), vedada a aplicação de normativos de relações de consumo.

21 FORMA, REGIME DE EXECUÇÃO, EXIGÊNCIAS E CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

21.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

21.2 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

21.3 A forma de fornecimento do objeto será de fornecimento imediato e integral, devendo todos os bens comuns de tecnologia da informação e comunicação ser entregues de uma só vez, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso XIV, da Lei nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação

21.4 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

21.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

21.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU : inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

21.7 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme **Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020**.

21.8 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.



21.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

21.10 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o **art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.**

21.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

21.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

21.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da **Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014**, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

21.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

21.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**

21.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

21.17 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

21.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

21.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar nº 123, de 2006**, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros contribuintes estadual/municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

21.20 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - **Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).**

21.21 Considerando que Administração deve examinar, diante do caso concreto, se o objeto da contratação demanda a exigência de todos os requisitos de habilitação apresentados nos **Modelos AGU**, levando-se em consideração ao vulto e/ou a complexidade e a essencialidade do objeto, bem como os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar os deveres contratuais, excluindo-se o que entender excessivo.

21.22 Nesse sentido, a exigência pode restringir-se a alguns itens, como, por exemplo, somente aos itens não exclusivos a microempresa e empresas de pequeno porte, ou mesmo não ser exigida para nenhum deles, caso em que deve ser suprimida do edital, estamos **excluindo a obrigação de Demonstrar os Índices de Liquidez; de Balanço e Demonstrações Contábeis**, pois todos os pagamentos serão realizados após Serviços Prestados.

Qualificação Técnica

21.23 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da

apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

21.24 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com características mínimas que permitam identificar o porte e serviços prestados em afinidade ao deste objeto.

21.25 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

21.26 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. Estarão sujeitos à diligência que poderá averiguar a autenticidade das informações. Se durante esse processo, for constatada fraude em qualquer um dos documentos, a LICITANTE envolvida estará automaticamente desclassificada do processo licitatório em questão, além de estar sujeita às penalidades da lei.

21.27 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

21.28 Prova de atendimento aos requisitos especiais, previstos em lei específica, para o seguimento a ser contratado, se demandado para seu funcionamento e prestação dos serviços combinados ou individuais.

21.29 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

21.29.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos **arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.**

22 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado da contratação **possui caráter sigiloso** e será tornado público imediatamente após o julgamento das propostas.

23 DO FORO:

Fica eleito o Foro da Seção Judiciária Federal da Capital do Estado de Minas Gerais como o único competente para dirimir quaisquer das ações e demais medidas judiciais que possam decorrer no futuro CONTRATO, como renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja conforme **§1º, art. 92, da Lei nº 14.133/21.**

Belo Horizonte, 08 de Abril de 2026.

Shirley Moraes
Assistente Administrativo

Alexandre Henrique Pereira Perdigão
Coord. Administrativo - CRESS-MG 6ª Região
CPF 040.205.866-67



ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO Nº CRESS-MG/6ªR/XXX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº CRESS-MG/6ªR/003/2026

Processo Administrativo nº017/2026.

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Aquisição – LICITAÇÃO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, EM ATENDIMENTO AO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 6ª REGIÃO.

O **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 6ª REGIÃO – CRESS-MG**, Autarquia Federal com jurisdição no estado de Minas Gerais, inscrito no **CNPJ sob o nº 17.383.712/0001-30**, com sede na Rua dos Guajajaras, 410 - 11º andar – Centro - Belo Horizonte/MG - CEP.: 30180-912, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. Maicon Marques de Paula**, brasileiro, assistente social inscrito no CRESS-MG nº 10.193, inscrito no CPF nº 061.XXX.XXX-95, **nomeado(a) pela Resolução CFESS nº 1.146/2026 de 27 de abril de 2026, publicada no DOU de 29 de abril de 2026**, doravante denominada CONTRATANTE, e o (a) _____, inscrito(a) no CNPJ sob o nº _____, sediado(a) na _____, em _____, doravante denominado (a) CONTRATADO, neste ato representado (a) por (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 017/2026 e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais normativas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 003/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: (art. 92, I e II):

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para fornecimento de microcomputadores tipo desktop, notebooks, tablets e webcam para modernização da infraestrutura computacional do CRESS 6ª Região, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Descrição do objeto.**1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:**

- 1.3.1 O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com fundamento no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. Por se tratar de contratação que prevê a conclusão de escopo predefinido (compra de bens), o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.2. A prorrogação automática prevista no subitem anterior não isenta a Contratada das penalidades cabíveis caso o atraso na entrega dos equipamentos decorra de sua culpa.

2.2. Os bens objeto deste contrato deverão ser executados nos prazos discriminados, em dias corridos, contados da data indicada na Ordem de Compra/Serviço.



3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA

- 3.1.** Os equipamentos deverão ser entregues, acompanhados da nota fiscal, no prazo avençado no **item 3.3**, em caixas e/ou embalagens invioladas, sendo resguardado o direito da Contratante rejeitá-los em caso de rompimento dos lacres, no endereço da sede do CRESS/MG, localizada na Rua dos Guajajaras, 410, 11º andar, Centro, Belo Horizonte/MG – CEP: 30180-912, no horário de 13:00 às 19:00;
- 3.2.** O produto deverá ser idêntico ao da Proposta Comercial. Qualquer alteração no lote de entrega deve ser expressamente autorizada pela CONTRATANTE;
- 3.3.** O prazo para entrega, para qualquer dos itens, será de até 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do contrato;
- 3.4.** Caso a Contratada tenha seu equipamento recusado estipula-se o prazo de 08 (oito) dias, a partir da data da comunicação formal feita pelo CONTRATANTE, para substituição. Ultrapassado este prazo sem que o problema tenha sido resolvido, e sem que haja justificativa aceitável pelo CONTRATANTE, ficará caracterizado o descumprimento da obrigação, ficando a Contratada sujeita às penalidades previstas neste Contrato;
- 3.5.** Os respectivos softwares de instalação acompanharão os equipamentos, não sendo admitidas cópias xerográficas, resumo ou adaptações de qualquer natureza dos manuais de software e hardware e das documentações específicas dos componentes internos e externos apresentados;
- 3.6.** Os equipamentos serão recebidos em perfeitas condições e de acordo com as especificações exigidas no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I** do edital do Pregão eletrônico n.º 003/2026 e ainda com a proposta da Contratada;
- 3.7.** Em caso de necessidade de alteração da data da entrega, em situação extraordinária, a Contratada deverá comunicar ao Contratante por escrito e com a devida justificativa, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, o que será submetido à análise e possível aprovação da fiscalização.

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 4.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO:

As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO (art. 92, V):

- 6.1.** O **valor total** da contratação é de R\$().
- 6.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 6.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI):

- 7.1.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V):

- 8.1.** As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV):

- 9.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 9.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, com o suporte do setor de informática, ficando como gestor do contrato a coordenação administrativa.
- 9.5.** Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados, mediante a apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas, depois de constatado o devido cumprimento das obrigações da contratada no prazo de **até 10 (dez) dias** de seu recebimento no órgão.
- 9.6.** Aplicar penalidades ao fornecedor, nos termos da lei, quando ocorrer atraso na prestação dos serviços ou descumprimento de alguma das condições estabelecidas, da seguinte forma: advertência, multa, suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
- 9.7.** Comunicar a empresa para emissão de nota fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**.
- 9.8.** Cientificar a assessoria jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 9.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.10.** A Administração terá o prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **15 (quinze) dias**.
- 9.12.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII):

- 10.1.** O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.2.** A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços deste instrumento, nas datas reservadas pela CONTRATANTE, obedecendo todas as cláusulas e condições pactuadas.
- 10.3.** A CONTRATADA, será responsável por todo e qualquer dano e/ou prejuízo que, eventualmente, venha a sofrer a CONTRATANTE ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços prestados.
- 10.4.** Permitirá que a CONTRATANTE, sempre que convier, fiscalize a execução dos serviços.
- 10.5.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões em **até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial do contrato, conforme estabelece o **art. 125, da Lei nº 14.113/21 e alterações**.
- 10.6.** Emitir Nota Fiscal para fins de pagamento pela CONTRATANTE, efetivando destaque das **RETENÇÕES LEGAIS**, conforme normativas federais, estaduais ou municipais em vigor.
- 10.7.** Comunicar verbalmente, de imediato, e confirmar por escrito à CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer impeditivo à execução dos serviços.
- 10.8.** Serão de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias à prestação dos serviços deste contrato, inclusive as obrigações decorrentes das leis trabalhistas, previdenciárias, tributárias ou quaisquer outras por mais especiais que sejam com relação aos seus empregados e sócios.



10.9. A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a relação contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, sob pena de aplicação de penalidades do **art. 156, da Lei nº 14.113/21**, bem como rescisão contratual.

10.10. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços.

10.11. Substituir, às suas expensas, **em 48 (quarenta e oito) horas**, o serviço rejeitado por desconformidade com o previsto no edital e sua proposta final, sem prejuízos aos serviços contratados.

10.12. Colocar à disposição do Contratante o número de funcionários e equipamentos necessários à plena execução dos serviços acima aludidos, a fim de que os mesmos sejam desenvolvidos de acordo com as condições ajustadas no Contrato.

10.13. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.14. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.15. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (**art. 137, II**) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.16. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o **Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990)**, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.18. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do **artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021**;

10.19. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – **SICAF**, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: **1)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; **3)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS; e **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.21. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

11.1. As partes deverão cumprir a **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD)**, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do **art. 6º da LGPD**.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



11.4. A Administração deverá ser informada no **prazo de 5 (cinco) dias úteis** sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do **art. 15 da LGPD**, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do **art. 16 da LGPD**, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever de o contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da **LGPD**.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento **da LGPD**, inclusive quanto à eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (**LGPD, art. 37**), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na **LGPD**.

11.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a **ANPD** por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma **da LGPD**.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII):

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):

13.1. Comete infração administrativa, nos termos **da Lei nº 14.133, de 2021**, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021**);

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **“b”, “c” e “d”** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021**);

13.2.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **“e”, “f”, “g” e “h”** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **“b”, “c” e “d”**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021**).

13.2.4. **Multa:**



13.2.5. Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**;

13.2.6. O atraso superior a **30 (trinta) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o **inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021**.

13.2.7. Compensatória, para as infrações descritas nas **alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato**.

13.2.8. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na **alínea “c” do subitem 12.1, de 8% (oito por cento) a 13% (treze por cento) do valor do Contrato**.

13.2.9. Para infração descrita na **alínea “b” do subitem 12.1**, a multa será de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato**.

13.2.10. Para infrações descritas na **alínea “d” do subitem 12.1**, a multa será de **13% (treze por cento) a 18% (dezoito por cento) do valor do Contrato**.

13.2.11. Para a infração descrita na **alínea “a” do subitem 12.1**, a multa será de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato**.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (**art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021**).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (**art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021**).

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (**art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021**).

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (**art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021**).

13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no **prazo máximo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento **previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021**, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados (**art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021**):

13.9.1.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.9.1.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.9.1.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.9.1.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

13.9.1.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na **Lei nº 14.133, de 2021**, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na **Lei nº 12.846, de 2013**, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida **Lei (art. 159)**.

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (**art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021**).

13.12. O Contratante deverá no prazo **máximo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**Ceis**) e no Cadastro Nacional de



Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do **art. 163 da Lei nº 14.133/21**.

13.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX):

14.1. O contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no **artigo 137 da Lei nº 14.133/21**, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os **artigos 138 e 139 da mesma Lei**.

14.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.1.3. Indenizações e multas.

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (**art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021**).

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (**art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021**).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII):

15.1. A despesa decorrente desta contratação correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias: **6.2.2.1.1.02.01.03.006 – Equipamentos de Processamento de Dados** suprida com recursos próprios desta autarquia.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após abertura orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, na execução de serviços continuados, atestado, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção (**art. 106, II, da Lei nº 14.133/21**).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III):

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na **Lei nº 14.133, de 2021**, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na **Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor** – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES:

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos **arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, **até o limite de 25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês (**art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021**).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do **art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021**.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO:

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, na forma prevista no **art. 94 da Lei 14.133, de 2021**, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao **art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021**, e ao **art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012**.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º):

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme **art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21**.

Belo Horizonte, ____ de ____ de 2026.

MAICON MARQUES DE PAULA

Presidente do CRESS-MG
CRESS/MG Nº 10.193

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº CRESS-MG/6ªR/003/2026.
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa _____, inscrito(a) no CNPJ sob o nº _____,
_____ com sede na _____

(endereço completo),

apresentar proposta, informando a quantidade, o valor unitário, valor mensal e o valor anual em reais. O valor unitário deverá corresponder ao preço de cada prestação de serviço, e deverá estar incluído todos os encargos tributários, previdenciários, trabalhistas, transporte e todos os demais custos para a realização e entrega dos serviços/produtos.

Indica, na oportunidade, como representante para assinatura e acompanhamento da execução do contrato que possa vir a ser firmado com a autarquia, o **Sr.(a)** _____,

portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____, endereço _____.

A presente proposta tem prazo de **validade de 60 (sessenta) dias**, a contar da data da entrega das propostas, excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor.

Aquisição de equipamentos de Informática em atendimento ao CRESS 6ª Região.

ORÇAMENTO		NÚMERO DO ORÇAMENTO	N/A		
		2. Data do Orçamento:			
		3. Validade (MÍNIMO)	60 DIAS		
4. DADOS DA EMPRESA					
CNPJ:			Ins.Est.:		
Razão Social:					
Endereço:					
CEP:		Fone:	Celular:		
Contato:					
E-mail:					
Razão Social:	5. Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/MG 6ª REGIÃO				
Endereço:	Rua dos Guajajaras, 410 - 11º andar				
	Bairro: Centro				
CEP:	30180-912	Cidade: Belo Horizonte	Estado: MG		
CNPJ:	17.383.712/0001-30		I.E: Isento		
Telefone:	(31) 3527.7690		E-mail: compras2@cress-mg.org.br		
Contato:	Ronan Costa				
Local de entrega:	Rua dos Guajajaras, 410 - 11º andar - Bairro: Centro / Cidade: Belo Horizonte/MG				
Condições Pag:					
(Solicitamos enviar cotação exclusivamente nesta planilha e valores com duas casas decimais)					
6. DESCRIÇÃO DETALHADADA ITEM PARA COTAÇÃO					
Item	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS		Quant	Valor Unit.	Valor Global
1	Adquirir Desktops – Sede e Seccionais	<p>*Conforme Item 6.3 do PDTIC HP Pro SFF 280 G9</p> <p>Processador(mínimo): Intel® Core™ i7 de 13ª geração, 30 MB de cache L3, 16 núcleos, 24 threads</p> <p>Sistema Operacional: Windows 11 Pro Memória RAM(mínimo): 16 GB DDR4</p> <p>Armazenamento(mínimo): SSD de 512 GB Placa de vídeo: Intel® UHD 770</p> <p>Placa de audio: Codec Realtek ALC3867, conector de áudio universal com suporte para fones de ouvido CTIA, portas traseiras de saída de linha de áudio (3,5 mm), capacidade para multi-streaming - 1 combo de fone de ouvido/microfone frontal Fator de forma: SmallForm Factor (SFF)</p> <p>Conectividade (mínimo): 4 USB-A, 1 HDMI, 1 RJ45, DisplayPort, Ethernet Gigabit 10/100/1000, Placa sem fio Realtek Wi-Fi 6 RTL8852BE (2x2) e Bluetooth® 5.3</p> <p>Teclado: Tipo membrana em português do Brasil padrão ABNT 2, conexão USB, com ou sem fio</p> <p>Mouse: Possui uma roda de rolagem, Com sensor óptico, Resolução de 1600dp, conexão USB, com ou sem fio</p> <p>Eficiência energética: Certificação EPEAT® Silver e ENERGY STAR®</p>	39	R\$	R\$



2	Câmera Webcam – Sede e Seccionais	<p>HP/Acer/Samsung *Conforme Item 6.3 do PDTIC</p> <p>Resolução/FPS: mínima 1080 Full HD 30fps</p> <p>Sensor de imagem: Sensor CMOS de 1/4" (polegada), 5 megapixels Tipo de lente: Plástico ou vidro</p> <p>Campo de visão diagonal (dFOV): mínimo 66 graus</p> <p>Correção de luz automática: Sim</p> <p>Correção de imagem: Sim Microfone: Sim</p> <p>Aprimoramento de privacidade: Tampa da lente de privacidade Conectividade: USB-A</p> <p>Opções de montagem: Clipe de montagem universal para montar a câmera onde ela funcionar melhor, incluindo tela LCD, notebook, tablet e tripé, sem ferramenta</p> <p>Software e Suporte: Plug & Play</p> <p>Certificação: Funciona com certificação Chromebook Porta USB-A disponível</p> <p>Compatibilidade: Windows 10, Windows 11, maços, Chrome OS, Aplicativos UC compatíveis: Zoom, Microsoft Teams, Google Meet, XSplit, OBS, YouTube</p>	19	R\$	R\$
3	Adquirir Notebooks - Sede	<p>Acer/Samsung *Conforme Item 6.3 do PDTIC</p> <p>*Conforme Item 6.3 do PDTIC</p> <p>Sistema Operacional: Windows 11 Professional 64-bits</p> <p>CPU e Chipset (mínimo): Intel® Core™ i7 – 1355U de 13ª geração 10 Núcleos (2 Performace-cores 8 Efficient-cores)</p> <p>12 Threads Frequência: até 5.00 GHz 12 MB Intel® Smart Cache</p> <p>Memória RAM (mínimo): 16 GB RAM DDR4 de até 3200 MHz</p> <p>Tela (mínimo): 15" painel de LED IPS (In-Plane-Switching)</p> <p>Resolução: WUXGA (Wide Ultra ExtendedGraphicsArray) 1920 x 1200 Proporção 16:10 Taxa de atualização: 60 Hz</p> <p>Brilho: 250 nits Tempo de resposta: 30 ms Contraste: 1000:1 Espaço de cor (color gamut): NTSC 45% Tecnologia Antirreflexo</p> <p>Placa de Vídeo: Intel® UHD</p> <p>Áudio: 2x Alto-falantes estéreo de 2 Watts cada Tecnologia DTS Áudio previne o áudio distorcido. Microfones</p> <p>Tecnologia com redução de ruído de fundo feito por inteligência artificial</p> <p>Capacidade (mínimo): 512 GB SSD NVMePCIe 4.0 x4 M.2</p> <p>2280 Webcam(mínimo): Com bloqueio privativo, resolução HD de 1280 x 720 gravação de áudio e vídeo em 720p a 30 FPS com recurso (redução de ruído temporário) e com ajustes de vídeo realizado por inteligência artificial</p> <p>Wireless (mínimo): Wi-Fi rede sem cabo: Wi-Fi 6E 802.11 a/b/g/n/ac + ax wireless Três bandas com frequências de: 2.4 GHz, 5 GHz e 6 GHz. Com tecnologia MU-MIMO 2x2. Suporte ao Bluetooth® 5.1 ou superior</p> <p>Rede (mínimo): LAN rede com cabo RJ-45. Controlador Intel® Ethernet Connection I219-LM Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps. Suporte ao modo hibernação Suporte ao Wake On Lan Suporte ao IPv4 (32 Bits) e IPv6 (128 Bits)</p> <p>Controles de Privacidade:Senha para BIOS e HD</p> <p>Peso (máximo): 1.8 kg</p> <p>Bateria e Alimentação: Fonte de alimentação: Externa de 65 Watts bivolt 100 a 240 Volts com cabo Tipo-C para conectar ao notebook e certificação do INMETRO Bateria: De até 5407 mAh com 3 células Íon de lítio de 50 Watts /</p>	6	R\$	R\$

		hora *Autonomia da bateria de até 12 horas Teclado: Tipo membrana em português do brasil padrão ABNT 2 Retroiluminado na cor branca Resistência contra até 30 ml de água com drenos na base inferior para escoamento Controlador Touchpad: Multi gestual com dois botões suportando rolagem com dois dedos, gestos para abrir Cortana, Action Center, multitarefa e comandos de aplicativos Resistente a umidade Sem zona morta Certificado de Homologação da ANATEL			
4	Adquirir Tablets Agentes Fiscais	HP/Acer/Samsung *Conforme Item 6.3 do PDTIC Tela mínima: 12.4” AMOLED 2X, 120Hz, HDR10+ Resolução mínima: 2560 x 1600 Processador mínimo: Qualcomm Snapdragon 8 Gen 2 for Memória mínima: 8GB Armazenamento mínimo: 128 GB Câmera traseira/frontal: 13 MP + 8 MP Audio mínimo: 4 alto-falantes AKG + Dolby Atmos Conectividade: Wi-Fi 6E, Bluetooth 5.3, USB-C 3.2 Gen 1, 5G Sistema: Android 13 ou superior Caneta: incluída Resistência: IP68 (água e poeira) – inclusive na caneta Bateria e Alimentação mínimo: 8.400 mAh (45W carregamento rápido)	8	R\$	R\$
Observação: O LOCAL DE ENTREGA DE TODOS OS ITENS SERÁ REALIZADO NA SEDE, EM BELO HORIZONTE-MG			TOTAL DE ITENS - 72		TOTAL
Favor preencher dados completos da Empresa no cabeçalho					

(Nome e assinatura do Rep. Legal da Empresa)
Carimbo de CNPJ da empresa